

ESCOLAS DO PORTO E DE MADRID

Organização de António Braz Teixeira, Celeste Natário,
José Carlos Pereira e Renato Epifânio

2021

Edição conjunta de:

Instituto de Filosofia da Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n
4150-564 Porto

e

DG Edições
Av. D. Pedro V, 15 - 5.º Esq.º
2795-151 Linda-a-Velha

Composição e maquetagem: DG edições

Fotografia da capa: Ortega y Gasset, Leonardo Coimbra e

Garcia Morente

Impressão e acabamento: VASP DPS

ISBN: 978-989-53284-5-1

Depósito Legal: 491048/21

Primeira edição: Novembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-53284-5-1/esc>

O presente livro é uma publicação do Grupo de Investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal”, financiada por Fundos Nacionais através da FCT/MCTES - Fundação para a Ciência e a Tecnologia/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito do Projeto do Instituto de Filosofia com a referência UIDB/00502/2020.

AGOSTINHO DA SILVA: O “ÚLTIMO DISCÍPULO DE LEONARDO COIMBRA”

Renato Epifânio

(Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

I – Agostinho da Silva: breve roteiro bio-bibliográfico.

Nascido no Porto, a 13 de Fevereiro de 1906, vai logo, no ano seguinte, viver para Barca de Alva (Trás-os-Montes), onde passa toda a infância¹. Ao Porto regressa para realizar o Liceu, findo o qual ingressa, em 1924, na Faculdade de Letras² – primeiro em Filologia Românica, depois, por desentendimentos com Hernâni Cidade, em Filologia Clássica. Durante a Licenciatura, colabora com a *Acção Académica*, publicação monárquica portuense, e com *A Águia*, célebre revista da “Renascença Portuguesa”, onde, entre outros, se salientaram Teixeira de Pascoaes e Leonardo Coimbra.

Logo após a Licenciatura, concluída em 1928 com a nota de 20 valores, obtém o Doutoramento, igualmente com o “maior Louvor”, com uma dissertação intitulada *Sentido histórico das civilizações clássicas* – sobre esta temática, publica ainda, nos anos imediatamente seguintes, as obras *Breve Ensaio sobre Pérsio* e *A Religião Grega*³. Entretanto, inicia uma prolongada colaboração com a revista *Seara Nova*, onde se salientaram, entre outros, António Sérgio, Raul Proença e Jaime Cortesão, com quem, aliás, Agostinho da Silva privou, aquando da sua estadia entre 1931 e 1933, enquanto bolseiro, em Paris (onde frequentou a Sorbonne e o Collège de France), que aí se encontravam enquanto exilados políticos.

Regressado a Portugal em 1933, vai para Aveiro onde lecciona no Liceu José Estevão⁴ – por, contudo, se ter recusado a assinar uma declaração de

¹ E a que ficará para sempre ligado – nas palavras do próprio Agostinho da Silva: “Fiz o curso no Porto, andei por toda a parte quanto é mundo, mas a minha terra continua a ser Barca de Alva.” [*Vida Conversável*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1994, p. 16].

² Na primeira Faculdade de Letras do Porto, que existiu durante os anos de 1919 e 1931.

³ Estas três obras foram recentemente republicadas na colectânea *Estudos sobre Cultura Clássica*, Lisboa, Âncora, 2002.

⁴ A experiência enquanto professor do ensino secundário não começou, contudo, aí, já que, em 1929, tinha sido professor no Liceu Alexandre Herculano, em 1930, no Liceu Gil Vicente, em 1931, no Liceu Pedro Nunes, e em 1932, de novo no Liceu Alexandre Herculano.

não pertença a sociedades secretas⁵, é demitido do ensino público, tendo então passado a leccionar no ensino particular. Entre 1935 e 1936, volta a sair de Portugal. Desta vez, Madrid foi o destino – aí esteve como bolseiro do Ministério das Relações Exteriores, por convite de Joaquim de Carvalho, cerca de um ano, tempo durante o qual se debruçou, em particular, sobre o misticismo. Em 1937, regressa novamente ao nosso país – nesse mesmo ano, inicia, na *Seara Nova*, a sua série de Biografias⁶.

Em 1942, publica o opúsculo *O Cristianismo*⁷, que causou uma grande polémica, tendo-o inclusivamente levado à prisão. Tendo-se tornado insustentável a sua permanência em Portugal, parte, em 1944, para o Brasil – desse ano e do seguinte datam as obras *Parábola da Mulher de Loth*, *Conversação com Diótima e Sete Cartas a um Jovem Filósofo*⁸. Aí inicia uma série de actividades – não só, aliás, no Brasil, como ainda no Uruguai e na Argentina. Resultado desse seu activismo foi nada menos do que a criação de quatro Universidades – as Universidades Federais de Paraíba, Santa Catarina, Brasília e Goiás –, bem como de diversos Cursos e Centros de Estudos – nomeadamente, imagine-se, o *Centro de Estudos luso-brasileiros* na Universidade de Sófia, em 1959, data de uma das suas mais conhecidas obras: *Um Fernando Pessoa*⁹.

Naturalizado brasileiro desde 1958¹⁰, torna-se, em 1961, assessor de política cultural externa de Jânio Quadros, o Presidente da República do Brasil na época, colaborando igualmente com a Direcção Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação. Nesse mesmo ano, participa ainda na criação de outros Centros de Estudos: nomeadamente, o de *Estudos Goianos* na Universidade de Goiás, o de *Estudos Ibéricos* na Universidade de Mato Grosso, o de *Estudos Europeus* na Universidade do Paraná e o de *Estudos Portugueses* na Universidade de Brasília, na qual promoveu igualmente o

⁵ Nas suas próprias palavras, tão sucintas quanto esclarecedoras: “Pensei bem, e embora não pertencendo a associações secretas e também precisasse de comer, decidi não assinar o papel.” [*A Última Conversa*, Lisboa, Notícias, 1995, p. 35].

⁶ A maior parte delas republicadas em *Biografias*, Lisboa, Âncora, 2003, 3 vols.

⁷ Republicado em *Textos e Ensaios Filosóficos*, Lisboa, Âncora, 1999, vol. I, pp. 67-80.

⁸ Igualmente republicadas em *Textos e Ensaios Filosóficos*, vol. I.

⁹ Republicada em *Ensaio sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Âncora, 2000, vol. I, pp. 89-117.

¹⁰ Facto por si assumido com a maior naturalidade – daí, a título de exemplo, estas suas palavras: “Porque me naturalizei? Por pensar que a ditadura ia durar para sempre, e como entendi o Brasil e ele a mim, não vi inconveniente na atitude. Para mim, o Brasil traduzia o alargamento tropical das qualidades e dos defeitos dos portugueses.” [*Dispersos*, ed. cit., p. 117].

Centro de Estudos Clássicos. Para divulgar entre nós o *Centro Brasileiro de Estudos Portugueses* da Universidade de Brasília, vem a Portugal, chegando inclusivamente a encontrar-se com Franco Nogueira e Adriano Moreira¹¹. Ainda e sempre de partida, inicia, em 1963, uma digressão pelo Oriente, que o levará, nomeadamente, a Macau, a Timor e ao Japão – neste último país, funda mais um Centro de Estudos. A Portugal regressa, por fim, em 1969, onde virá a assumir diversos cargos: nomeadamente, o de Director do *Centro de Estudos Latino-Americanos* do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Técnica de Lisboa e o de Consultor do ICALP (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa). Em 1987, é condecorado com a Grã Cruz da Ordem de Espada. Em 1988, é publicada a primeira grande colectânea de textos seus (*Dispersos*, ICALP). Em 1990, protagonizou as *Conversas Vadias*, programa televisivo que lhe granjeou uma significativa popularidade. A 3 de Abril de 1994, num Domingo de Páscoa, falece, não sem antes ter dado à luz a obra *Ir à Índia sem abandonar Portugal*. Prova de que a Verdadeira Viagem se cumpre no interior de nós, de cada um de nós...

II – Repensar Portugal: entre o Espaço Europeu e o Espaço Lusófono.

O homem não é, ou não é apenas, uma “pura abstracção”, mas um ser concreto, universalmente concreto, um ser que, de resto, será tanto mais universal quanto mais assumir essa sua concretude, a concretude da sua própria circunstância. Dessa circunstância faz axialmente parte a “pátria”, isso que, segundo José Marinho, configura a nossa “fisionomia espiritual”¹². Nessa medida, importa pois assumi-la, tanto mais porque, como escreveu igualmente Marinho, foi “para realizar o universal concreto e real [que] surgiram as pátrias”¹³. Ainda nesta esteira, propõe-nos Marinho a distinção entre “universal” e “geral” – nas suas palavras: “O geral tem âmbito mais restrito e

¹¹ O segundo, aliás, providenciou, desde logo, o envio de uma biblioteca de cerca de oito mil volumes, tendo vindo igualmente depois a apadrinhar o ingresso de Agostinho da Silva na Academia Internacional de Cultura Portuguesa – como recordou o próprio Agostinho a este respeito: “...Adriano Moreira me levou, sem dizer nada, o colar da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, por ele fundada. Foi uma das suas grandes ideias, posta de parte depois da Revolução de 25 de Abril, absurdamente, pois poderia ter um papel muito interessante no mundo, porque era uma associação de gente de todos os países, interessada em cultura portuguesa.” [*Vida Conversável*, ed. cit., p. 158].

¹² *Estudos sobre o pensamento português contemporâneo*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, p. 19.

¹³ Cf. *O Pensamento Filosófico de Leonardo Coimbra e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, p. 502

insere-se na prossecução de conceitos, o verdadeiro universal está já numa relação da intuição para a ideia e vincula o singular concreto e indefinível com o uno ou o único transcendente.”¹⁴. Daí, enfim, a sua expressa defesa de uma filosofia situadamente portuguesa, não fosse esta “dirigida contra o universalismo abstracto e convencional de escolásticas e enciclopedistas em que têm vivido”¹⁵.

Os filósofos são, decerto, os grandes pensadores da universalidade. Mas, por isso mesmo, são ou devem ser também os grandes pensadores do “universal concreto”, do “universal situado” – e não apenas do “universal geral e abstracto”. Se se restringirem apenas a este plano, não serão de resto, verdadeiros pensadores do universal – mas apenas do geral. Só o serão se pensarem, se se pensarem, no “universal concreto”, no “universal situado”. Nessa medida, pensadores portugueses universais serão aqueles que pensarem, se pensarem, no “universal concreto”, no “universal situado”, ou seja, aqueles que pensarem, se pensarem, na situação concreta da nossa História e Cultura... Se tivéssemos que escolher o filósofo português que mais profundamente pensou a situação concreta da nossa História e Cultura, escolheríamos, sem desprimor para todos os outros, Agostinho da Silva. Nessa medida, será com ele que aqui iremos dialogar¹⁶, para pensarmos a nossa situação histórico-cultural, em suma, para pensar Portugal e o que se deve entender por Lusofonia: a nosso ver, o nosso grande desígnio estratégico para o Século XXI, por ser aquele que melhor faz jus a toda a nossa História, a toda a nossa Cultura.

*

A nosso ver, e também na visão de Agostinho da Silva, Portugal só se pode pensar na complementaridade de dois espaços: o espaço europeu e o espaço lusófono. Na complementaridade, não na exclusão mútua, sublinhe-se – ou seja, nem não apenas no espaço europeu nem não apenas no espaço lusófo-

¹⁴ *Filosofia: ensino ou iniciação?*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Investigação Pedagógica, 1972, p. 45..

¹⁵ Cf. *Filosofia portuguesa e universalidade da filosofia e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. VIII, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, p. 553. Essa é, pelo menos, a sua “interpretação”: “...minha interpretação arranca de um sentido da filosofia nacional para uma singularidade de pensar mais autêntica e para uma universalidade mais verdadeira, filosofia [que] se não demonstra por meio de juízos e afirmações, mas por um pensamento que tenha em si próprio o cunho da autêntica universalidade (...).” [*ibid.*, p. 352].

¹⁶ Como universo textual, iremos privilegiar as suas entrevistas publicada em livro, dado que aí Agostinho da Silva muitas vezes foi mais longe, em termos de propostas, do que nos seus ensaios.

no. Decerto, no espaço europeu, porque Portugal é, desde sempre, um país europeu – o país europeu com as mais antigas fronteiras definidas, mais do que isso, um país que sempre participou activamente na construção da civilização europeia, por extensão, da civilização ocidental, que depois se alargou, sucessivamente, a África, às Américas e mesmo a algumas regiões do Próximo e Extremo-Oriente. Mas não apenas no espaço europeu – ao contrário do que, na ressaca da descolonização, se propôs, dado o amontoado de traumas e ressentimentos que então todos nós, directa ou indirectamente, vivemos. Contudo, como defendemos já no nosso livro *A via lusófona: um novo horizonte para Portugal*:

...depois de mais de três décadas de costas voltadas, por um amontoado de traumas e ressentimentos, todas essas feridas estão agora, finalmente, a cicatrizar, assim abrindo caminho para a recriação do espaço lusófono enquanto um verdadeiro espaço cultural e civilizacional. Sabemos que ainda há quem agite fantasmas do passado, mas o nosso paradigma é um paradigma novo, de futuro.

Queremos que esse espaço lusófono seja o lugar, a casa comum, onde todos os lusófonos tenham, numa base de liberdade e fraternidade, uma vida digna, sem mais adjetivos. Para mais, no caso dos portugueses, se de novo nos viramos para o Atlântico, não é para de novo virar as costas à Europa – somos europeus e por isso manteremos todos os laços: desde logo com a Galiza (...), depois, com os demais povos ibéricos (sem procurar ressuscitar guerras do passado); por fim, com todos os outros povos europeus, em especial os do Sul (com os quais partilhamos uma história milenar). Mas esses laços não são para nós amarras que impeçam o reencontro com a nossa vocação desde logo mediterrânea e atlântica; por fim, por tudo aquilo que nos liga aos demais países lusófonos, universal. Por isso também defendemos o trans-nacionalismo lusófono – mais do que um sistema, uma dinâmica, através da qual, sem pôr em causa a soberania dos diversos países da CPLP, estes escolham, livremente, cooperar, de modo crescente, nos mais diversos níveis, para benefício de todos (...). Por esse caminho, quem sabe se, mais à frente, não se criará um bloco cultural, social, económico e político – em suma, civilizacional –, que seja um exemplo para outros povos do mundo, num tempo em que o sistema económico e político que nos tem desgovernado se apresenta cada vez mais exangue.¹⁷

Daí, também o texto que escrevemos no primeiro número da *Nova Águia* – *Revista de Cultura para o século XXI*:

¹⁷ *A Via lusófona: um novo horizonte para Portugal*, Lisboa, Zéfiro, 2010, 116-117.

Tese, Antítese e Síntese: por um novo paradigma de Portugal¹⁸

Tese - Paradigma do 24 de Abril:

Tenho da História uma visão hegeliana. Por isso, considero que todos os regimes que caem merecem cair. O Estado Novo não foi excepção. A 24 de Abril de 1974 estava em inteiro colapso. Por isso, caiu. E, com ele, o seu paradigma de Portugal: um Portugal que mantinha um império colonial completamente anacrónico, sem qualquer perspectiva de Futuro.

Antítese - Paradigma do 25 de Abril:

Todas as revoluções são, por natureza, antitéticas. A revolução de 25 de Abril de 1974 também não foi excepção. Por isso, se o Estado Novo defendia um Portugal do Minho até Timor, o paradigma saído da revolução defendeu exactamente o contrário: daí que Portugal tenha virado as costas às suas antigas colónias (com as consequências imediatas que se conhecem e que ainda hoje se fazem sentir), tornando-se apenas em mais um país da Europa.

Síntese - Paradigma do 26 de Abril:

Passado todo este tempo (mais de três décadas), em que os traumas dos ex-colonizadores e dos ex-colonizados já cessaram (senão por inteiro, pelo menos em grande medida), urge um novo paradigma, que faça a devida síntese: recuperando essa visão maior não já de Portugal mas do Espaço Lusófono, em Liberdade e Fraternidade (...).

III – Agostinho da Silva: prefigurador da Comunidade Lusófona.

Agostinho da Silva é, na nossa perspectiva, o grande teórico desta via, da “via lusófona”. Em muitos textos seus, pelo menos desde os anos 50, Agostinho da Silva antecipou, com efeito, a criação de uma verdadeira comunidade lusófona¹⁹. De tal modo que, mesmo depois de falecer, Agostinho da Silva tem sido recordado por isso. Eis, desde logo, o que aconteceu quando se

¹⁸ In *NOVA ÁGUILA: Revista de Cultura para o século XXI*, nº 1, 1º Semestre de 2008, p. 61. Desenvolvemos esta perspectiva num mais recente número da revista: “Nos 15 anos da CPLP: a futura pátria de todos nós” [in *NOVA ÁGUILA: Revista de Cultura para o século XXI*, nº 7, 1º Semestre de 2011, pp. 27-31].

¹⁹ Num texto publicado no jornal brasileiro *O Estado de São Paulo*, com a data de 27 de Outubro de 1957, Agostinho da Silva havia já proposto “uma Confederação dos povos de língua portuguesa”. Num texto posterior, expressamente citado no prólogo da Declaração de Princípios e Objectivos do MIL: Movimento Internacional Lusófono, chegará a falar de um mesmo povo, de um “Povo não realizado que actualmente habita Portugal, a Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, o Brasil, Angola, Moçambique, Macau, Timor, e vive, como emigrante ou exilado, da Rússia ao Chile, do Canadá à Austrália” [“Proposição” (1974), in *Dispersos*, ed. cit., p. 117].

instituiu a CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, conforme registámos na nossa obra *Perspectivas sobre Agostinho da Silva*:

No dia 17 de Julho desse ano, criar-se-á finalmente a CPLP, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, facto que será noticiado, com destaque, na generalidade dos jornais. Na maior parte deles, realça-se igualmente o contributo de Agostinho da Silva para essa criação, por via do seu pensamento e acção. Eis, nomeadamente, o que acontece na edição desse dia do *Diário de Notícias* – como se pode ler no texto de abertura da notícia: “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, hoje instituída em Lisboa, foi premonitoriamente enunciada por Agostinho da Silva em 1956 como ‘modelo de vida’ assente ‘em tudo aquilo que (Portugal) heroicamente fez surgir do nada ou na América ou na África ou na Ásia’”. Depois, aparece a foto de Agostinho, ladeado pelas fotos de Jaime Gama e José Aparecido de Oliveira, com a seguinte legenda: “Pioneiros da CPLP: Agostinho da Silva (enunciação original), Jaime Gama (primeiro texto diplomático único dos Sete na língua comum) e Aparecido de Oliveira (formalização política da proposta).²⁰”

Sabemos que este projecto está ainda aquém, muito aquém, do sonho de Agostinho da Silva. A CPLP não é ainda uma verdadeira comunidade lusófona. Mas nem por isso – já mais de quinze anos após a sua criação – a CPLP deixou de ser um projecto em que Portugal deve apostar enquanto desígnio estratégico. De resto, se há inevitabilidades históricas, a criação da CPLP foi, decerto, a nosso ver, uma delas. Se os países se unem, desde logo, por afinidades linguísticas e culturais, nada de mais natural que os Países de Língua Portuguesa se unissem num projecto comum: para defesa da língua, desde logo, e, gradualmente, para cooperarem aos mais diversos níveis. Se estranheza pode haver quanto à criação da CPLP, decorrerá somente do facto de ter nascido tão tarde.

Como ainda hoje é reconhecido, Agostinho da Silva foi, de facto, desde os anos cinquenta, o grande prefigurador de uma

comunidade luso-afro-brasileira, com o centro de coordenação em África, de maneira que não fosse uma renovação do imperialismo português, nem um começo do imperialismo brasileiro. O foco central poderia ser em Angola, no planalto, deixando Luanda à borda do mar e subir, tal como se fizera no Brasil em que se deixou a terra baixa e se foi estabelecer a nova capital num planalto com mil metros de altitude. Fizessem a mesma coisa em Angola, e essa nova cidade entraria em correspondência com

²⁰ *Perspectivas sobre Agostinho da Silva*, Lisboa, Zéfiro, 2008, p. 108.

Brasília e com Lisboa para se começar a formar uma comunidade luso-afro-brasileira.²¹

Na sua perspectiva, assim se cumpriria essa Comunidade Lusófona, a futura “Pátria de todos nós”:

Do rectângulo da Europa passámos para algo totalmente diferente. Agora, Portugal é todo o território de língua portuguesa. Os brasileiros poderão chamar-lhe Brasil e os moçambicanos poderão chamar-lhe Moçambique. É uma Pátria estendida a todos os homens, aquilo que Fernando Pessoa julgou ser a sua Pátria: a língua portuguesa. Agora, é essa a Pátria de todos nós.²²

Daí ainda o ter-se referido ao que “no tempo e no espaço, podemos chamar a área de Cultura Portuguesa, a pátria ecuménica da nossa língua”²³, daí, enfim, o ter falado de uma “placa linguística de povos de língua portuguesa — semelhante às placas que constituem o planeta e que jogam entre si”²⁴, base da criação de uma “comunidade” que expressamente antecipou:

Trata-se, actualmente, de poder começar a fabricar uma comunidade dos países de língua portuguesa, política essa que tem uma vertente cultural e uma outra, muito importante, económica (*ibidem*).

Prefigurando até, com esse horizonte em vista, o “sacrifício de Portugal como Nação”:

esse Império, que só poderá surgir quando Portugal, sacrificando-se como Nação, apenas for um dos elementos de uma comunidade de língua portuguesa²⁵.

²¹ *Vida Conversável*, ed. cit., pp. 156-157.

²² *Conversas com Agostinho da Silva*, Lisboa, Pergaminho, 1994, pp. 30-31. Conforme afirmou ainda: “Fernando Pessoa dizia ‘a minha Pátria é a língua portuguesa’. Um dia seremos todos — portugueses, brasileiros, angolanos, moçambicanos, guineenses e todos os mais — a dizer que a *nossa* Pátria é a língua portuguesa.” [in *Dispersos*, ed. cit., p. 122].

²³ Cf. “Presença de Portugal”, in *Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, ed. cit., p. 139.

²⁴ In *Dispersos*, ed. cit., p. 171.

²⁵ Cf. “Um Fernando Pessoa”, in *Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, ed. cit., vol. I, p. 117.

IV - Agostinho da Silva: o “último discípulo de Leonardo Coimbra”.

É recorrente considerar-se Agostinho da Silva como um dos mais notórios discípulos de António Sérgio. Essa é, porém, uma daquelas “ideias feitas” que, apesar de mil vezes repetida, está muito longe de corresponder à verdade, como aqui, de forma sucinta, verificaremos. Partiremos, para tal, de uma extensa entrevista concedida a Alfredo Campos Matos sobre António Sérgio²⁶, onde Agostinho da Silva começa por recordar que conheceu Sérgio no início da década de trinta, em Paris, “para onde tinha ido com uma bolsa da Junta Nacional de Educação” (*op. cit.*, pp. 11-12), dando assim início a uma relação que foi realmente importante numa determinada fase do longo e sinuoso percurso de Agostinho da Silva – nós próprios, em vários textos, temos falado da fase “seareira” ou “sergiana” de Agostinho da Silva, que se estendeu até à sua partida para o Brasil, em meados da década seguinte, onde Agostinho vai iniciar uma fase realmente nova da sua vida e obra (ver, a esse respeito, o nosso livro: *Perspectivas sobre Agostinho da Silva*, Zéfiro, 2008).

Regressando a essa referida entrevista, Agostinho da Silva, para além de uma série de considerações mais de ordem pessoal – algumas delas cáusticas, como por exemplo: “A única coisa que ele me disse que havia no Brasil era calor, calor insuportável. Ele nunca percebeu o Brasil.” (*op. cit.*, p. 19) –, recorda depois as célebres tertúlias na casa de António Sérgio, que chegou a considerar ter sido a sua “segunda Universidade”: “Depois [da Faculdade de Letras do Porto], para mim, houve uma segunda Universidade, que foi a casa do António Sérgio aos sábados”²⁷. À pergunta expressa sobre “a importância de António Sérgio para a cultura contemporânea”, a resposta de Agostinho da Silva é porém, uma vez mais, bem pouco laudatória, considerando-o, no essencial, com um pensador “ultrapassado”:

O que aconteceu foi que o Sérgio esteve muito mergulhado na cultura do seu tempo, e nos aspectos que tinha a cultura do seu tempo, para pular fora dele (...). O que eu digo é que o Sérgio foi inteiramente ultrapassado (*op. cit.*, pp. 25-26).

Eis, em suma, o retrato que Agostinho da Silva nos dá de António Sérgio nesta extensa entrevista – para o atestar, atentemos ainda nesta passagem:

²⁶ *Agostinho da Silva e Vasco de Magalhães-Vilhena entrevistados sobre António Sérgio*, Horizonte, 2007.

²⁷ In *Vida Conversável*, segunda parte, inédita; in *NOVA ÁGUIA*, n° 17, 1º semestre de 2016, p. 244.

“...havia uma intolerância enorme do Sérgio para quem era diferente” (*op. cit.*, p. 27) –, em consonância, de resto, com outras passagens da sua obra – a título de exemplo:

...Sérgio não ousou afrontar os problemas filosóficos mais profundos, as questões de dúvida. Preferia manter-se na certeza.; Mesmo como pedagogo, a sua atitude tendia a ser de grande arrogância intelectual.²⁸; ...mas ele [Sérgio] não me ensinou o racionalismo: ensinou-me antes o irracionalismo, por reacção minha.²⁹; ...quando examinamos o fracasso, pois houve fracasso das cooperativas de António Sérgio, descobrimos a razão ao verificar que ele foi sempre ver, como modelo de cooperativa, a cooperativa inglesa ou a cooperativa sueca (...). Veio, outra vez, uma fórmula estrangeira. António Sérgio teria sido um grande intelectual lá fora mas não o foi em Portugal, pois era um estrangeiro em Portugal³⁰.

Nessa medida, ainda que indirectamente, Agostinho terá sido, em última instância, muito mais do que um “discípulo de Sérgio”, um “discípulo de Leonardo” – António Telmo considerou-o mesmo como “o último discípulo de Leonardo Coimbra”³¹. Isto apesar do próprio Agostinho da Silva, na sua expressão algo jocosa, “nunca ter sido leonardesco”³² –, não obstante ter reconhecido a sua “largueza de espírito”³³. Mais do que discípulo de Leonardo, Agostinho terá permanecido sempre, sobretudo, discípulo da Faculdade de Letras do Porto enquanto “escola de liberdade” (cf. *ibid.*, p. 147). Ao longo da vida, de resto, irá, reiteradamente, afirmar que essa “era uma Faculdade sem uma organização rígida e em que se dava muito mais atenção a quem elaborava perguntas do que a quem fornecia as respostas que vinham nos manuais” –, nunca esquecendo os seus professores, não só Leonardo Coimbra – “um boémio do pensamento (...), um homem capaz de atitudes que os catedráticos não tomam” – como, sobretudo, Teixeira Rego – “uma das pessoas mais inteligentes que conheci”³⁴.

²⁸ In *Dispersos*, ed. cit., p. 55.

²⁹ In *Agostinho [da Silva]*, São Paulo, Green Forest do Brasil Editora, 2000, p. 155.

³⁰ In *Vida Conversável*, ed. cit., p. 43.

³¹ Cf. “Testemunho”, in *Diário de Notícias*, 4/4/1994.

³² In *Agostinho [da Silva]*, ed. cit., p. 155

³³ In *Dispersos*, ed. cit., p. 174.

³⁴ Cf. *Perspectivas sobre Agostinho da Silva*, ed. cit., p. 62.